



DEFICIÊNCIA FÍSICA E A INCLUSÃO ESCOLAR: REALIDADE BRASILEIRA

PHYSICAL DEFICIENCY AND A SCHOOL INCLUSION: BRAZILIAN REALITY

Elisabete Comaretto Gabbi¹

Kélen Munhos Pinto²

RESUMO: A inclusão escolar de alunos com algum tipo de deficiência no ensino regular tem sido um tema em constante debate devido aos fatores que envolvem a inclusão escolar com um todo. Por isso, esse estudo teve por objetivo relatar a partir da literatura a inclusão escolar de alunos com deficiência física em escolas brasileiras. A partir de uma revisão bibliográfica foi possível analisar três artigos que se enquadraram nos critérios para a inclusão dos estudos de acordo com o tema. Com isso, os resultados apontaram os fatores que fazem parte da inclusão sugerindo as possibilidades de novas perspectivas para a inclusão escolar no Brasil.

Palavras chave: Escolares. Acessibilidade. Dificuldades. Alunos.

Abstract: The school inclusion of students with some type of deficiency in regular education has been a subject in constant debate due to the factors that involve the school inclusion with a whole. Therefore, this study aimed to report from the literature the school inclusion of students with physical disabilities in Brazilian schools. From a bibliographic review it was possible to analyze three articles that fit the criteria for inclusion of the studies according to the theme. With this, the results pointed out the factors that are part of the inclusion, suggesting the possibilities of new perspectives for school inclusion in Brazil.

¹Assistente Social, Mestranda em Ciências da Saúde e da Vida – UFN/SM, Email: btgabbi@gmail.com.

²Educadora Física, Mestranda Educação Física – UFSM, Email: kelenedf23@gmail.com.

Key words: Schoolchildren. Accessibility. Difficulties. Students.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com algum tipo de deficiência no ensino regular tem sido um tema em constante debate desde que a Declaração de Salamanca em 1994 que foi assinada, onde divulgou a reforma da política de educação e os sistemas educacionais, seguidos de suas diretrizes que contemplam a política educacional até os dias de hoje. A partir da Declaração de Salamanca, o conceito de necessidades educacionais especiais (NEE), passou a incluir, além das pessoas com deficiência aquelas com dificuldades temporárias ou permanentes, oriundas de situações como exclusão social e abusos sofridos (SANTOS, 2000).

Considerando o processo histórico da legislação no Brasil a inclusão surge como uma questão social, visando a necessidade da redução das desigualdades com o objetivo de transpor as barreiras das diferenças. Onde as leis em certos períodos adquiriram visibilidade e também retrocessos em de alguns momentos políticos que precederam essa época. Assim, houveram períodos em que a educação enquanto processo de inclusão era destinada a classes mais favorecidas e em outros a população mais vulnerável, situação a qual era evidenciada em razão do cenário social, político e econômico da época. Este contexto passou a ser modificado a partir da Constituição de 1988 que garantiu o acesso igualitário e digno a todos em seu artigo 208 (TREVISANI, F. S. et al, 2012).

Assim, a Constituição Federal de 1998 contempla direitos fundamentais, sociais e individuais. Conforme, ocorreu um avanço significativo na educação com a adequação a Lei de Diretrizes e Bases (1996) com ênfase a descentralização da política educacional da União para demais esferas, em especial aos municípios. A pactuação entre a União e os municípios na gestão, no controle e divisão de responsabilidades na condução da política educacional proporcionou aos municípios a chance de desenvolver ações mais pontuais na área de educação, conforme a realidade escolar de cada um, assim dando maior visibilidade ao aluno com deficiência (MENEZES, E. T; SANTOS, T. H).

Dessa forma, abre também a possibilidade de expandir o número de vagas aos deficientes e buscar a integração com as famílias e as demais políticas públicas que visam fornecer apoio no âmbito escolar, conseqüentemente promovendo uma nova visão da educação inclusiva. Atualmente, a educação inclusiva é pautada pelas resoluções nº 95 de 21/11/2000 e nº 02 de 11 de setembro de 2001 e pela Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Elas dispõem sobre acesso e permanência dos alunos portadores de necessidades especiais (PNEES) no ensino regular, e ações que viabilizam essa nova realidade educacional.

A aprovação do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007 e a Lei 13146 de julho de 2015-Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e dá outras providências, é também, considerado marco significativo para a evolução da inclusão escolar de pessoas com deficiência.

Conforme a Classificação Internacional de Funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF), deficiência é um conjunto de fatores que levam a modificações estruturais ou funcionais da anatomia ou fisiologia do corpo, que podem consistir em uma anormalidade, irregularidade, ou até mesmo perda de alguma estrutura levando a limitações nas atividades ou restrições de participação (MIYAZAKI. R. M, et al, 2004).

Pessoas com deficiência física são aquelas que apresentam alteração completa ou parcial de algum segmento corporal, de origem congênita ou adquirida, que impeça ou dificulte a execução e o desempenho das funções motoras (BRASIL, 2015; QUEIROZ, 2016).

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de

serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994: 11-12).

A inclusão escolar é um desafio para todos os envolvidos, incluindo pais, professores, gestores e até para o próprio indivíduo, uma vez que a criança ou adolescente com deficiência pode não estar preparada para enfrentar desafios como o preconceito, a falta de preparo dos profissionais para lidar com esse aluno e a falta de acesso aos ambientes físicos. Todo esse processo pode resultar em uma redução da sua funcionalidade e desempenho escolar (LOCKMANN; MACHADO; FREITAS, 2017).

Corroborando os apontamentos acima a inclusão escolar, perante a legislação propõe uma integração dos alunos com deficiência junto ao meio escolar de maneira sistemática e integralizada, buscando transpor o subjetivo, visando inseri-lo a realidade e assuntos atuais, relacionados a sociedade atual, comportamentos e atitudes, espaços para desenvolvimento psicossocial, atividades extracurriculares oferecidas nas escolas, enquanto sujeito singular de sua história e integrante de seu próprio processo de ensino/aprendizagem. O objetivo deste estudo foi relatar a partir da literatura a inclusão escolar de alunos com deficiência física em escolas brasileiras.

DESENVOLVIMENTO

Foi realizado um estudo de revisão sistemática da literatura baseada em estudos científicos, publicados entre os anos de 2015 a 2019 indexados na base Google Acadêmico, periódicos Capes e Scielo. A busca foi efetuada a partir de descritores representativos à temática de investigação, que foram utilizados isoladamente e em associação: DEFICIÊNCIA FÍSICA e INCLUSÃO ESCOLAR. A pesquisa dos descritores possibilitou o resgate de 34 artigos. A análise preliminar do título resultou em 28 artigos retirados e do resumo resultou na retirada de 26 resumos de temáticas diferentes, somando três artigos, alguns artigos não estavam acessíveis em sua integralidade para a consulta, de modo que foram excluídos do processo. Os artigos que apresentaram temática concernente à pesquisa foram lidos integralmente, conforme figura 1. Foram

produzidas categorias sobre características e conteúdos presentes nas seções dos artigos (título, autores, objetivos e resultados obtidos), com posterior análise do conteúdo a partir das discussões propostas.

Após a busca para esta revisão bibliográfica foram encontrados três artigos de acordo com o tema abordado. Com isso, pode-se analisar o conteúdo dos artigos elencados. Como primeiro passo os artigos foram organizados de acordo com as seções destes, conforme tabela 1.

Figura 1. Desenho metodológico.

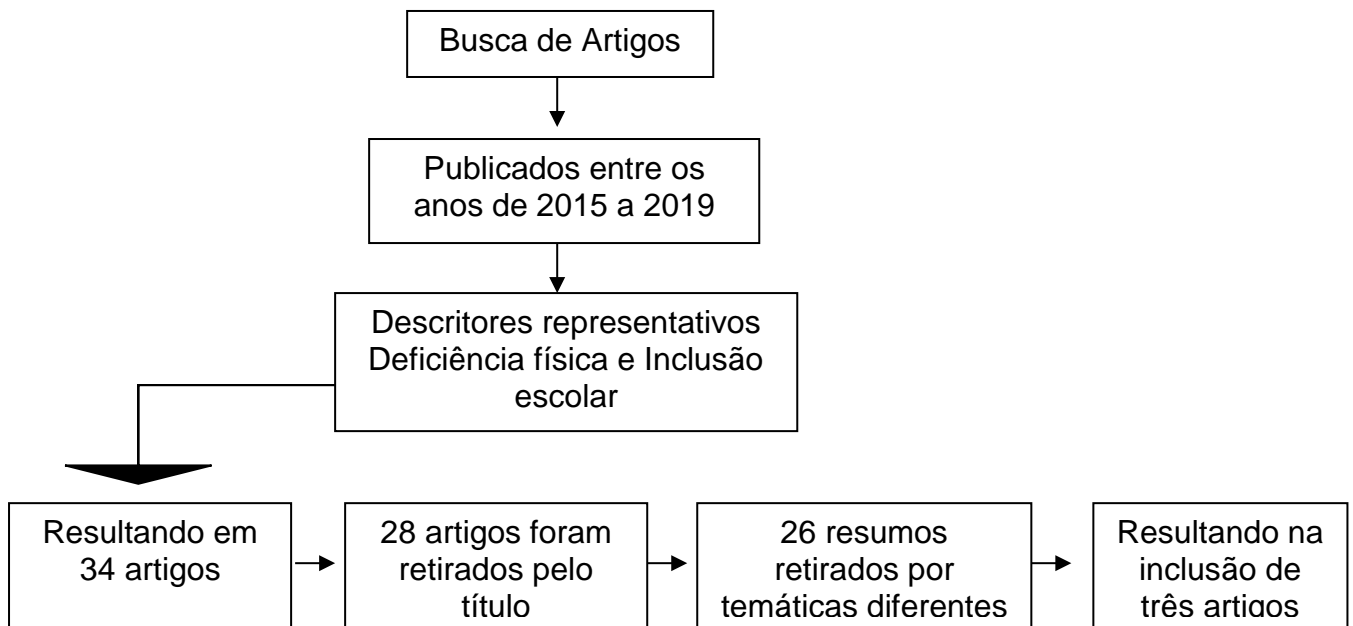




Tabela 1. Descrição dos artigos analisados.

TÍTULO	AUTOR(ES)/ ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS	CONCLUSÃO
Educação Física adaptada: formação do professor e participação de pessoas com deficiência no ensino regular	Cláudia Oliveira Mori, Mauro Alves de Souza, Paulo Eduardo Pereira e Vinícius Lauria/2018	Investigar a formação acadêmica do professor de Educação Física na área da Educação Física Adaptada e a participação de pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física no ensino regular.	Realizou-se um estudo transversal com 18 docentes de Educação Física de escolas regulares, públicas e particulares do Município da Estância Balneária de Praia Grande.	18 docentes, a maioria homens (média de idade de 34±5 anos). Tinham curso de especialização e experiência de 5 a 10 anos na área de Educação Física Escolar. E maior parte, lecionavam em escolas públicas e 94,4% acreditavam que a aula de Educação Física é uma importante	Concluiu-se que todos os alunos com deficiência matriculados no ensino regular, participam das aulas de educação física. E a busca pelo conhecimento sob diversas formas promove a formação profissional e contribui para o desenvolvimento das PcD, possibilitando o

¹Assistente Social, Mestranda em Ciências da Saúde e da Vida – UFN/SM, Email: btgabbi@gmail.com.

²Educadora Física, Mestranda Educação Física – UFSM, Email: kelenedf23@gmail.com.

						ferramenta para incluir o aluno com deficiência na comunidade escolar.	sucesso dos objetivos da inclusão.
A Inclusão física numa visão de acessibilidade para pessoas com deficiência física na rede municipal de ensino de Alto Alegre/RR-Brasil.	Cavalcante de Sousa Selma Maria Selma /2019	Analisar a acessibilidade arquitetônica para os alunos com deficiência física na rede municipal de ensino em Alto Alegre / RR, refletindo sobre as escolas que são ou não são adaptados e preparados para este processo.	Trata-se de uma investigação de pesquisa, experimental, descritiva e exploratória, com o paradigma da abordagem qualitativa com o objetivo de explicar o conceito de acessibilidade arquitetônica em uma visão inclusiva.	Uma Perguntou-se aos professores das escolas A, B, C e D na 11a questão da entrevista: Em sua visão há realmente um obstáculo para a inclusão de pessoas com deficiência física nas escolas municipais? Dos 34 professores entrevistados, 26 responderam que sim, enquanto 08 (oito) responderam que não.			Embora a legislação verse especificamente a garantia de acessibilidade nos prédios públicos, as referidas escolas não correspondem com as particularidades dos seus alunatos, principalmente no que concerne a acessibilidade arquitetônica, tornando-se notório a precariedade quanto ao oferecimento de

					elementos determinantes para a efetivação da inclusão das pessoas com deficiência física nas escolas.
Características de alunos com deficiência física na percepção de seus professores: um estudo sob os parâmetros conceituais da classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde	Mirela Moreno de Almeida Andrade e Rita de Cássia Tibério Araújo/2018	Identificar como os professores caracterizam a deficiência física de seus alunos e discutir sobre possíveis implicações das tendências perceptivas envolvidas nessa caracterização	Participaram deste estudo nove alunos com deficiência física com idades entre seis e doze anos e seus professores. Os diagnósticos médicos apresentados pelos alunos participantes foram: sete alunos com paralisia cerebral, um com malformação congênita e um com mielomeningocele.	Houve a prevalência de uma categoria, o que poderia sugerir os parâmetros que levaram os professores deste estudo a analisar o desempenho de seus alunos com deficiência física.	Este estudo demonstrou que os professores participantes apresentaram uma tendência de percepção dos alunos com deficiência física amparada no modelo biopsicossocial da deficiência, uma vez que descrevem a funcionalidade levando em

Os dados foram coletados por meio de entrevista, cujo roteiro contemplou os parâmetros conceituais da CIF e as atividades do brincar, grafismo, uso de utensílios escolares, autocuidado e atividades sociais. Foi realizada uma análise de conteúdo segundo as recomendações de Bardin e análise estatística.

consideração especialmente a participação desses alunos e a realização das atividades no ambiente escolar.



A partir dos achados acima descritos vimos à possibilidade de se discutir a realidade de inclusão escolar, no contexto brasileiro, em uma perspectiva positiva e sugestiva. Pois no artigo de Mori, et al, 2018, onde a inclusão acontece na aula de Educação Física, sendo esta, adaptada, pois os professores participantes da pesquisa ressaltaram a formação que receberam e buscaram, e isso salientou-se nesse estudo quando o resultado em relação aos alunos com deficiência matriculados no ensino regular, participam das aulas de Educação Física, ou seja, nessa disciplina os alunos são incluídos e interagem uns com os outros. Sendo assim, reflete-se o quanto a formação do professor influencia na formação do aluno.

Corroborando com esses resultados o Relatório Mundial da pessoa com deficiência, aponta que educação deve começar com o treinamento dos gestores, para que compreendam suas obrigações legais, pois é preciso conhecer as variedades de deficiências, práticas discriminatórias, como se comunicar com as pessoas com deficiências sensoriais, e as dificuldades que pessoas com deficiência enfrentam no uso do transporte (RELATÓRIO MUNDIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2012).

Nesse encadeamento, a acessibilidade dos espaços físicos, torna-se indispensável no ambiente escolar para que os alunos com deficiência física tenham acesso facilitado. E ao analisar a acessibilidade arquitetônica para os alunos com deficiência física na rede municipal de ensino em Alto Alegre / RR, o estudo de Selma e Selma, 2019, resultou que as referidas escolas não correspondem com as particularidades dos seus alunos, quanto à acessibilidade arquitetônica, tornando a efetivação da inclusão das pessoas com deficiência física nas escolas precária.

Podemos ver o quanto à acessibilidade é um fator essencial no processo de inclusão educacional, podendo o ambiente escolar proporcionar aproximação, comunicação e a convivência entre as pessoas. Em um estudo a acessibilidade mostrou-se como condição para a política de inclusão escolar mediante ações que visam efetivar o acesso, a participação, o desenvolvimento

¹Assistente Social, Mestranda em Ciências da Saúde e da Vida – UFN/SM, Email: btgabbi@gmail.com.

²Educadora Física, Mestranda Educação Física – UFSM, Email: kelenedf23@gmail.com.

e a aprendizagem de pessoas com deficiência como sujeitos capazes de aprender e de tornarem-se aptos a conduzir-se de forma autônoma, flexível e participativa (KRAEMER, G. M e THOMA, A.S, 2018).

Quanto ao artigo de Almeida, et al, 2018, que aborda as características de alunos com deficiência física na percepção dos professores, sobre uma ótica da classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. O referido estudo demonstrou que os professores participantes apresentaram uma tendência de percepção dos alunos com deficiência física amparada no modelo biopsicossocial da deficiência, uma vez que descreve a funcionalidade levando em consideração especialmente a participação desses alunos e a realização das atividades no ambiente escolar.

Segundo Brasileiro, et al,2009, o desempenho funcional de uma criança é influenciado pelas características dos contextos físico e social. Assim, mensurar o impacto que a doença ocasiona na vida diária das crianças e de suas famílias tem sido um constante desafio para os professores que trabalham com esses alunos. Dessa forma, pode-se reconhecer a importância da relação conjunta entre a comunidade escolar e a família para o desenvolvimento da criança com deficiência física. Conforme o autor a visão das pessoas envolvidas no cotidiano dos alunos com deficiência e de suma importância, pois nos dá uma maior compreensão da qualidade e natureza de suas intervenções, considerando que as intervenções são embasadas em legislações e na construção do saber daquele profissional que atua junto aos alunos com deficiência.

Diante da análise dos resultados, ou seja, dos estudos inclusos neste estudo foi possível constatar que os fatores para inclusão foram estudados separadamente, e isso salientou ainda mais a brecha para que novos estudos investiguem associação destes fatores. Assim, a escola deve estar aberta, o para o dialogo, para a participação e na construção da proposta pedagógica específica para auxiliar na inclusão, família deve estar sempre presente e aberta a dialogar com a gestão escolar, os pesquisadores poderiam atrelar/ associar esses fatores, bem como, as questões de acessibilidade para esses alunos e a própria funcionalidade para que os estudos possam auxiliar na construção de projetos junto a comunidade escolar para melhorias nas condições para incluir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura dos artigos acima discutidos, foi possível relacionar as abordagens dos autores em relação à inclusão escolar de alunos com deficiência física em escolas brasileiras e fatores que influenciam nesse processo.

Neste íterim, a literatura existente apresenta formas, dificuldades e sugestões para a inclusão escolar destes alunos apesar da escassez de estudos que investiguem a temática reconhecendo possibilidades de novas perspectivas para a inclusão escolar no Brasil. Porém, a inclusão na literatura não associa fatores em estudos comparativos para relacionar as situações que refletem a dificuldade para inclusão escolar brasileira, por isso, apontamos sugestões de que se organizem projetos que englobem a qualidade na inclusão escolar através articulação multiprofissionais atrelando conhecedores de área que compõe uma inclusão escolar de qualidade.

Desta forma, acreditamos proporcionar mecanismos que possam auxiliar no processo efetivo de Inclusão Escolar Brasileira reportando maior visibilidade a essa temática com intuito de garantir direitos aos alunos com Deficiência Física.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.M; ANDRADE, R. de.C; e ARAÚJO, T. **Características de Alunos com Deficiência Física na Percepção de seus Professores: Um Estudo sob os Parâmetros Conceituais da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, n.1, p.3-16, Jan.-Mar, 2018.

BRASIL. **Institui o programa de complementação ao atendimento educacional especializado às pessoas portadoras de deficiência, e dá outras providências**. LEI 10.845/2004 (LEI ORDINÁRIA) 05/03/2004.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 13 set. 2017.

BRASIL. **Relatório Mundial Sobre a Deficiência Física** / World Health Organization, The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - São Paulo : SEDPcD, 2012.

BRASILEIRO, I.C; MOREIRA, T.M.M; JORGE, M.S.B; QUEIROZ, M.V.O; MONT ALVERNE, D.G.B. **Atividades e participação de crianças com Paralisia Cerebral conforme a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Revista Brasileira de Enfermagem- REBEN – Universidade de Fortaleza – Ceara 2009.

KRAEMER, G. M e THOMA, A.S. **Acessibilidade como Condição de Acesso, Participação, Desenvolvimento e Aprendizagem de Alunos com Deficiência**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 38, nº3, 554-563, Jul/Set. 2018.
LOCKMANN, K.; MACHADO, R. M.; FREITAS, D. D. **A inclusão, a escola e a subjetivação docente. Analisando o contexto do município do Rio Grande**. Educação em Revista, v.33, p.1-18, 2017.

MENEZES, E. T. DE; SANTOS, THAIS HELENA DOS. **Verbetes descentralização do ensino**. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/descentralizacao-do-ensino/>>. Acesso em: 17 de nov. 2018.

MIYAZAKI, R. M; JUCÁ, M. H, S; SAKAMOTO, S H; PINTO P P N; e BATTISTELLA, L. R - **Validação da Versão Brasileira da Medida de Independência Funcional**. ACTA FISIATR. 11(2): 72-76, 2004.

MORI, C.O; SOUZA, M. A; PEREIRA, P. E; e LAURIA, V. **Educação Física Adaptada: A Formação do Professor e a Participação de Pessoas com Deficiência No Ensino Regular**. Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício. São Paulo. v.12. n.77. p.730-733. Set./Out. 2018.

QUEIROZ, G. M. de. **Direito ao trabalho das pessoas com deficiência física no âmbito do serviço público**. Frutal: Prospectiva, 208p, 2016.

RIBEIRO, D; SILVEIRA, F. F; BRITO, M.M e NEVES, J. **Teoria e Pesquisa**. Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Campus Universitário Universidade de Brasília. Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia. Vol. 22 n. 1, 2006.

SANTOS, M. P. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: consequências ao Sistema Educacional Brasileiro. Revista Integração, Brasília, v. 10, n. 22, p. 34-40, 2000.

SELMA, C.S; SELMA, M. A Inclusão física numa visão de acessibilidade para pessoas com deficiência física na rede municipal de ensino de Alto Alegre/RR-Brasil.

TREVISANI, F. S; GONÇALVES, E. A. V; ALVARENGA, K. de F. Constituição Federal Inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular. J. Soc. Bras. Fonoaudiol. vol.24 no.1 São Paulo 2012.